



ESTILHACOS DE SONHOS

ESPAÇOS DE UTOPIA

ORGANIZADORES: FÁTIMA VIEIRA E MARIA TERESA CASTILHO

O Género da Utopia e o Modo do Utopismo

José Eduardo Reis

Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro (UTAD)

Observando as incisões no tempo da história a partir do tempo subjectivamente vivido, registou Miguel Torga no seu *Diário* de 11 de Dezembro de 1987 a seguinte nota de expectativa e desmistificação:

Perestroika. O que aí vem, se o espírito diz com a letra! Se a palavra significa o reconhecimento da falência da mais planetária utopia do nosso tempo: a redenção marxista. Se, de facto, a cega ideologia deu finalmente lugar ao império do que Descartes um dia supôs ser um dom genérico da humanidade: o comum bom senso. Bom senso que, de resto, em todos os tempos tem pago paulatinamente as promessas demagógicas feitas pelas revoluções (Torga 1995: 1511).

Com a lucidez desencantada de um cronista que acompanhou com vigilância crítica quase meio século de infames tribulações e luminosos sucessos sem equivalência nem paralelo na grande narrativa da história da humanidade, Torga dá aqui expressão ao compreensível anátema finissecular lançado sobre a ideia de utopia – parcialmente identificada com o totalitarismo político e veementemente exautorada como «cega ideologia» – ao mesmo tempo que, em modalidade condicional, manifesta a esperança do retorno ao cartesiano uso da razão, tomando-a quer como a mais adequada medida de bom senso na condução da prática política, quer como último recurso humano no lançamento de uma era, à escala planetária, de boa convivência social..

Apesar de toda a legítima suspeita que a palavra utopia pode no presente suscitar, a sua enunciação, explícita ou implicitamente depreciativa, continua a ocorrer com a mesma frequência com que também é exultante e positivamente referida, nem que seja para designar a expectativa de uma ordem social governada pelo bom senso do uso da razão... É que se há palavra, ideia, conceito ou pensamento cujo conteúdo é tão instável, inde-

terminado, historicamente variável e semanticamente equívoco, quanto a sua expressão é unívoca e etimologicamente bem definida, é esta aporia que designa um não lugar físico que é um lugar investido por uma tripla e contraditória significação: (i) avatar, na mais benigna das leituras, de uma vontade sublimatória do dado real e de uma consciência prospectiva e antecipadora da necessidade histórica; (ii) constructo fantasmagórico, no mais comum dos juízos, sem ancoragem na evidência implacável das «leis da vida» e da natureza psicossocial humana; e (iii) modelação social coerciva, na pior das interpretações, de um desígnio político totalizante projectado com efeitos de distorção sobre os limites e os requisitos práticos do mundo conhecido. Mas, independentemente das suas inevitáveis ressonâncias axiológicas, a utopia é reconhecida e é questionada, separadamente ou em conjunto, mediante uma das duas seguintes modalidades de pensamento e, por consequência, de expressão linguística: ou como figura de deslocação, portanto, metafórica e puramente imaginária, ou como figura de contiguidade, portanto metonímica, e do domínio do possível. Quer numa quer noutra o desenho dos efeitos projectados à escala do social podem variar entre o óptimo representado por imaginadas ilhas de governo ideal ou sonhados triunfos técnicos e bio-tecnológicos e o péssimo de concentracionárias engenharias sociais ou de angustiantes operações eugénicas antevistas *a priori* no plano imaginário da ficção e experimentadas *a posteriori* no plano imanente do curso da história. Ilustrar imaginariamente o possível melhor (ou, negativa e inversamente, o pior) nas diferentes esferas da existência (com ênfase na social) a partir da derrogação crítica, da eufemização ou da alegorização do que é dado conhecer ou do que já é conhecido é, porventura, a função da utopia literária, essa forma de escrita predominantemente narrativa, incoada pelo humanista inglês Thomas More, desde que, em 1516, publicou em Lovaina uma obra ficcional, refractária às classificações genológicas e formas literárias descritas nas poéticas clássicas, e onde constava, no seu extenso título em língua latina, o neologismo definidor, que nenhum léxico até então registara, de um não lugar homólogo a uma sociedade tida por ideal.

As definições dessa nova forma literária não são porém consensuais nem quanto ao seu escopo temático e estrutura formal, menos ainda

quanto à sua genealogia. Autores há que problematizam a ideia da existência de um arquétipo ou modelo canônico da utopia vinculada à descrição minuciosa da organização de uma sociedade desejável. Assim, por exemplo, Alberto Manguel atribui a origem daquilo que ele designa por «tradição literária utópica» (Manguel 2000: 20) a três narrativas fundadoras, e que seriam, além da de Thomas More, a de *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, e a das *Gulliver's Travels*, de Jonathan Swift. O que, a nosso ver, Manguel propõe com essa tripla genealogia é alargar a noção poética-retórica da utopia a outros discretos modos literários, nomeadamente à «robinsonada» e à sátira, se não mesmo de conferir uma qualidade sincrética àquele género, de maneira a que os seus limites fabulares não se confinem apenas aos de uma narrativa politicamente sobredeterminada pela temática político-social. O mesmo procedimento de relativização dos parâmetros genológicos da utopia como arquétipo narrativo fundado pela obra epónima de Thomas More, isto é como enunciação de uma crítica social e representação de uma alternativa sociedade ideal, foi seguido também por John Carey, responsável editor pelo *Faber Book of Utopias*. No estudo introdutório que acompanha esse volume, Carey justifica a sua proposta antológica a partir de um ponto de vista muito pessoal da concepção da utopia, entendendo-a não tanto como género específico subordinado a códigos definidos de composição temática, mas antes como um termo genérico descritor de representações positivas ou irónicas idealizantes, sejam elas modalidades de organização social, lugares mítico-nostálgicos ou estados de ânimo subjectivos. O seu critério antológico deriva de uma noção plural da textualização da utopia, não redutível ao campo exclusivo da ficção literária e aos três modelos narrativos estabelecidos por Manguel, compreendendo, portanto, quer textos de índole doutrinal-programática, quer outros de determinação mais indefinida, enunciadores de difusas cambiantes do «wishful thinking». No entanto, Carey mitiga a elasticidade quase solipsista do seu critério de antologista de textos utópicos / veículos de «expressão do desejo» e anti-utópicos / veículos de «expressão do medo», (Carey 1999: xi), mediante a clara identificação e inventariação dos temas ou «tópicos» que, com maior ou menor ênfase, lhes dão corpo: a eugenia, o papel da família, o crime e a sua punição, a natureza, a razão, a justiça e os papéis

sociais atribuídos aos géneros sexuais. O levantamento das estruturas figurativas (temas, tópicos, motivos, topos, isotopias, consoante a terminologia da perspectiva teórica adoptada) mais recorrentemente utilizadas nos textos ficcionais utópicos é, aliás, um procedimento comum adoptado na estrita determinação genológica desse tipo de material narrativo para distingui-lo quer de outras representações textuais de lugares imaginários, quer de textos programáticos de escopo político-filosófico. É, no entanto, curioso notar que as mais recentes antologias sobre a temática da utopia, como a que acabámos de referir de John Carey, publicada em 1999, ou *The Utopia Reader*, editada por Gregory Claeys e Lyman Tower Sargent, ou ainda *L'Utopie*, organizada por Frédéric Rouvillois, publicada em 1998, justapõem diacronicamente, mediante um enfoque mais ou menos alargado do conceito de sociedade ideal, exemplos ficcionais-literários e político-filosóficos doutrinários utópicos numa mesma unidade sequencial expositiva, como que a testemunhar, independentemente da divergência das suas diferentes e correspondentes propostas antológicas, a persistência da dupla e sempre aberta problemática do cânone e do hibridismo do género literário em discussão. De entre as antologias recentemente publicadas refira-se ainda a que veio a lume no ano de 1999 sob a responsabilidade de Catriona Kelly e que constitui um exemplo de utilização livre, ou de deriva legítima no uso da ampla polissemia do conceito de utopia, para sob ele reunir, numa perspectiva sincrónica, uma selecta de textos ensaísticos e de manifestos estéticos, não exclusivamente literários, de autores provenientes das mais diferenciadas áreas artísticas do modernismo russo. Neste caso, o critério utilizado foi o de recorrer no plural ao termo utopia, desinvestindo-o do seu prosaico valor de representação de modelo de sociedade desejável, para nele se compreender o sentido radicalmente original e inovador de posições estéticas assumidas num determinado contexto histórico-cultural revolucionário.

Perspectiva diferente e metodologicamente mais delimitada em relação aos exemplos das antologias antes referidas foi a escolhida por Raymond Trousson e Vita Fortunati, os editores responsáveis pelo *Dictionary of Literary Utopias*, publicado no final de 2000, ao restringirem a sua monumental compilação a textos ficcionais definidos por um critério formalista, critério esse que, nos seus traços gerais, já havia sido formulado

por Trousson no seu estudo clássico *Voyages aux Pays de Nulle Part*. Aí, este autor esclarece que a utopia ocorre sempre que: «no quadro de uma narrativa (o que exclui os tratados políticos) se encontra descrita uma comunidade (o que exclui a robinsonada) organizada segundo certos princípios políticos, económicos, morais, corrigindo a complexidade da existência social (o que exclui a idade de ouro e a arcádia), seja ela apresentada como ideal a realizar (utopia construtiva) ou como previsão de um inferno (anti-utopia moderna), esteja situada num espaço real, imaginário ou ainda no tempo, seja enfim descrita no termo de uma viagem imaginária verosímil ou não.» (Trousson 1979: 28).

Apesar de todas estas diferenças de critério, o que, todavia, parece ser comum e consensual entre os antologistas e estudiosos da utopia literária ou programática é considerarem sob a mesma categoria textos ficcionais e concepções político-doutrinárias que têm por objecto (literal ou irónico) quer a óptima quer a péssima representação/concepção da organização de uma comunidade social humana.

Chegados a este ponto convém precisar duas ideias em relação à utopia literária. A primeira é que mau grado a menor complexidade diegética, em relação sobretudo às modernas formas de ficção, deste tipo de textos caracterizados por circunscreverem o seu objecto temático a uma finalidade mais ou menos alegórica ou didáctica de exposição de um modelo alternativo e aperfeiçoado de sociedade, não deixam eles, na sua variável qualidade literária, de serem reconhecidos, como esclarece Peter Ruppertt, pelos seus efeitos performativos em três discretos mas interdependentes planos: (i) cognitivo, pela distensão heurística que operam nos limites familiares do conhecimento do mundo; (ii) terapêutico, pela resolução imagética em mediar e superar contradições sociais e culturais; (iii) prospectivo, pela antecipação ou previsão que neles se representa de possíveis desenvolvimentos materiais. (Ruppertt 1986: 15-17). A segunda é que toda a narrativa susceptível de ser definida como pertencendo ao género literário da utopia, identificável, portanto, segundo unidades temáticas ou traços semânticos constituintes de uma ficção social idealizada, espelha necessariamente um jogo dialéctico que faz intervir, quer no plano da trama quer no do discurso, valores simbólicos ou complexos de ideias contrários, isto é, coloca em posição de antagonismo

mais ou menos dramatizado, os valores ou formas de pensamento colectivo que são dominantes numa dada formação social, e que configuram o que Karl Mannheim designa por uma ideologia, e os valores ou ideias alternativos que visam derrogar aqueles, e que configuram, na explicação do sociólogo alemão, uma utopia.

Mas há ainda a referir o outro pólo estruturador da investigação abundantemente produzida sobre a utopia, as vozes representativas do paradigma aberto e multidisciplinar, mencionando a existência de trabalhos que fundamentam o alargamento das suas pesquisas a partir de um princípio de explicação geral (uma função, uma propensão, um modo utópicos).

Utopismo (utopianism; utopisme) é o termo substantivo geral definidor do conteúdo dessa forma de pensamento que está na origem e permeia as diversas formas de acção social e de expressão cultural, e entre estas últimas a da utopia como paradigma literário. Neste sentido, a originalidade suprema de Thomas More não foi tanto a de instituir um subgénero literário caracterizado ou definido por dois distintos níveis discursivos, envolvendo, nas palavras de Peter Ruppert, «a desfamiliarização histórica ou real de um tempo e lugar – degradado por disparidades, desperdício, exploração, repressão – [e] a invenção de um não-lugar ou de um não tempo imaginários em que se cancelam ou pelo menos se reduzem estas contradições» (7); o grande contributo do humanista inglês foi, por assim dizer, o de dar forma nominal, no contexto da história das ideias ocidentais e da sua diversificada criação literária, a uma propensão sublimatória com uma muito provável inscrição no modo de ser, conhecer e agir humanos, propensão que, de modo muito sintético e sem descurar as implicações filosóficas relacionadas com a teoria idealista do conhecimento, consiste na reiterada e consciente idealização das condições históricas da vida material. O neologismo utopia inventado por Thomas More opera, portanto, quer no plano genológico quer no plano teórico-doutrinal, como um signo cuja substância da expressão (para parafrasear a terminologia utilizada pelo linguista Hjelmslev na definição do seu modelo de estrutura de uma língua natural) surge recortada da contínua vontade humana em alinhar a representação consciente do mundo com um (projecto de sociedade) ideal, que, mercê de factores históricos, cultu-

rais e doutrinários, varia na delimitação e definição da sua substância de conteúdo positivo. Por outras palavras, a formação histórica e culturalmente bem determinada, associada à época moderna do Renascimento e do Humanismo Europeu, do signo utopia (não-lugar), não só contribuiu para dar forma lexical à referida propensão sublimatória das condições históricas da vida material, como, por sinédoque, passou a nomear uma variável e ampla diversidade de significados de valor instável, até mesmo contraditório entre si. Tal instabilidade semântica resulta, em grande medida, de o valor e o sentido da projecção de uma sociedade ideal estarem condicionados por determinações estruturais de vária ordem, desde a erosão histórico-temporal à obsolescência ideológica. Eis a razão por que muitos dos motivos temáticos das utopias (literárias ou programáticas) clássicas, nomeadamente os que dizem respeito à rígida ordenação da vida colectiva e ao fechamento autárquico das sociedades nelas representadas ou concebidas, podem ser contemporaneamente lidos como sendo anti-utópicos; por isso é importante reconhecer que as utopias não podem ser lidas como reificações imagéticas de ideais intemporais, mas sim como projecções acerca de formas conjunturais de organização e relacionamento social consideradas como alternativamente mais perfeitas do que aquelas que são dadas e conhecidas no plano relativo do tempo histórico.

O neologismo utopia contribuiu, portanto, para que a partir dele se tivesse gerado um vasto campo semântico, o utopismo, pontuado na sua determinação conceptual por diferentes termos cognatos e outros termos designadores de lugares e tempos idealmente imaginados. Como auxiliares de compreensão do utopismo, o qual pode ser genericamente definido como modo ideal de efabular ou sonhar racionalmente uma condição social e existencial perfeita ou perfectível, têm sido propostos glossários terminológicos formados a partir do radical latinizado de origem grega *topos* (lugar) e inventários classificadores, mais ou menos fundamentados em etimologias e investigações histórica-literárias eruditas, para caracterizar diferentes representações ficcionais-imaginárias, mas também histórica-reais, de formações e situações sociais modeladas a partir de uma sobredeterminada ou totalizante concepção doutrinal.

Não vamos aqui fazer a revisão do «estado da arte utópica» e da concomitante definição e determinação das suas possíveis concreções

literárias e programáticas, mas continuar a sondar as intersecções entre a utopia como género literário e o modo do utopismo como uma perene vontade de «sonhar» «um mundo melhor», para utilizar expressões do filósofo alemão Ernst Bloch, talvez o pensador que mais sistemática e minuciosamente analisou os fundamentos ontológicos, os mecanismos gnosiológicos e os efeitos histórico-culturais do utopismo, nomeadamente nas suas obras capitais o *Espírito da Utopia* e o *Princípio Esperança*. À parte a constatação aporética de o termo cognato e derivado (utopismo) designar – na expressão de Raymond Ruyer – um persistente «exercício mental sobre os possíveis laterais» (Rouvillois 1998: 15) e, por isso, uma realidade anterior e hipertrófica relativamente ao termo radical que lhe deu origem (utopia), há que reiterar que o célebre livro de Thomas More desempenha uma função axial e um papel de sedimentação na história dessa perene volição em sonhar um mundo melhor.

Com base na investigação a que procedemos sobre a temática da utopia (Reis 1997) diríamos que ela nos surge como sendo indissociável do espírito humano e da sua essencial natureza volitiva. Daí a importância que, em nossa opinião, se deva conferir à teoria idealista do conhecimento na elucidação deste postulado. Depois, que a configuração e materialização desse espírito, adentro dos limites da cultura ocidental, está organicamente associada aos fundamentos doutrinais – religiosos, antropológicos, filosóficos, literários – dessa cultura, o que é dizer que está gravado na sua *matriz clássica humanista*, e, sobretudo, na sua *matriz judaica-cristã*. Grosso modo, poder-se-á dizer que na primeira das duas matrizes está temática e discursivamente decalcado sob a forma de dois registos: um primeiro de conceptualização racional-filosófica, fundamentalmente impregnado de platonismo (e.g. *A República* de Platão; a *Óptima República* de T. More), visando a forma ideal de governo político e de organização social da cidade (poder-se-ia falar aqui, adentro do espírito geral da utopia, da constituição do *paradigma utópico-cosmopolita*), e um segundo registo de representação estético-literária de lugares ou tempos idílicos de felicidade plena (e.g. a Idade de Ouro, os Campos Elísios, as Ilhas Afortunadas, etc.), evocador tanto da arquetípica nostalgia pelo paraíso como da unidade ontológica, original ou final, redonda e perfeita (*paradigma eutópico-pastoral*). Na matriz judaica-cristã está também o

espírito da utopia temática e discursivamente gravado na sua dupla vertente – pastoral e cosmopolita – mas requalificado de um *sentido sacral e profético*, isto é, investido de um *valor de verdade transcendente*, modelado por uma *convicção apologética fideísta* e orientado por um *princípio de razão teleológica*, valor, convicção e princípio associados à totalitária codificação e explicação verbal do mundo, com a sua piedosa, literal e escolástica leitura do conteúdo do Livro de Deus. Neste caso, o espírito da utopia, por via da fé doutrinal, e não deixando de reproduzir o sentido essencial dos dois paradigmas acima mencionados, manifesta-se, no que concerne à modalidade *eutópica-pastoral*, de diferentes formas: (i) desde logo reproduzindo a mesma intenção evocadora do lugar feliz-eutópico veiculada pela tradição imagético-literária clássica, porém redefinindo-o segundo os traços sagrados da imagem do paraíso bíblico, i.e. do Éden; (ii) depois, conferindo à representação literária desse lugar ideal uma real, embora indeterminada, localização na ordem geográfica terrestre, lugar feito objecto de uma descrição material que realça a sua humana inacessibilidade e que magnetiza a sua demanda – imaginária ou real – pelo espírito e pela vontade do homem medieval e pós-medieval europeu (e.g. *Mandeville's Travels*; mas também a motivação forte da primeira viagem de Colombo às Índias ocidentais); (iii) finalmente, elevando esse (não)-lugar-(ideal) à condição de símbolo para significar espiritualmente o termo final de místicas peregrinações ou alquímicas transformações da alma. Quanto à modalidade cosmopolita, o espírito da utopia judeo-cristianizado, digamos assim, para além da sua dimensão puramente simbólica (o termo complementar do paraíso simbólico), justapõe ao projecto racionalista clássico de organização imanente da *polis* ideal, a esperança final e profetizada de uma intervenção transcendente (a descida da Jerusalém Celeste), visando a cosmopolitização do mundo inteiro (e.g. os projectos teocráticos-constitucionais relacionados com a ideia de quinto império). Neste último caso poder-se-á falar, adentro desta matriz e como que dinamizando o *paradigma utópico-cosmopolita*, da constituição do *paradigma utópico-profético-cosmopolita* ou utópico-milenarista. Deste modo, os principais e cruciais vectores da matriz judaica-cristã da cultura ocidental marcados pelo espírito da utopia são dois, a recapitular: um primeiro vector relativo tanto à evocação literária do lugar perfeito

criado por Deus na terra como à narração da demanda do paraíso bíblico e dos seus avatares literários, traduções e ramificações de relatos de viagem a continentes desconhecidos (e.g. *Mandeville's Travels*), a ilhas misteriosas (e.g. *A Viagem de S. Brandão*), a reinos míticos (reino do Prestes João), tudo sítios identificados como o lugar melhor outro, de sublimação espiritual ou de habitação material; um segundo vector relativo à profecia do milénio, com a sua inerente promessa-esperança de um final feliz, divinamente redimido ou materialmente concluído, para a história humana, final este inaugurado pelo empenho triunfante de uma entidade messiânica: (i) de um herói divinamente inspirado (a cabeça do quinto império); (ii) de um conjunto carismático de indivíduos (a vanguarda dos santos); (iii) de uma classe social providencial (e.g. o proletariado de Marx); (iv) de uma nação eleita. Assim, o vector profético do espírito da utopia – a de origem predominantemente semita –, associado que está à valorização benigna da ideia de futuro, foi, não só claramente constituinte da noção laica e moderna de progresso, como se afirmou, com impressionante intensidade até aos dias de hoje, quer (I) como operador de esperança de várias circunstâncias históricas, quer (II) como operador hermenêutico de vários domínios do conhecimento, a relembrar: (I) (i) no consolo psicológico e espiritual às misérias e carências do presente histórico (e.g. a apocalíptica judaica e o milenarismo cristão); (I) (ii) na justificação ou afirmação de uma identidade nacional magnificada pelo seu papel providencial (e.g. a nação messiânica – o Portugal da *Apologia das Coisas Profetizadas* de Vieira; a Commonwealth inglesa na *Areopagitica* de Milton); (I) (iii) no incitamento ao exercício quer de uma acção guerreira heróica e colectivamente mobilizadora, quer de uma acção política e radicalmente transformadora (e.g. os programas teocráticos dos colonizadores puritanos da América do Norte, os programas laicos dos socialismos utópico e «científico»); (II) (i) na determinação das leis gerais da evolução da história que apontam para a consumação apoteótica do processo cósmico (e.g. Joachim de Fiore e a sua teoria teológica dos três estados; Teilhard de Chardin e a sua teoria paleontológica e biológica em direcção ao ponto ómega); (II) (ii) na revelação da natureza e na evolução do conhecimento científico (e.g., a *New Atlantis* de Francis Bacon; (II) (iii) na literatura épica-simbólica de teor messiânico (e.g. o poema *Jeru-*

saalem, the Emanation of the Giant Albion; de William Blake, o poema *Mensagem* de Fernando Pessoa).

O terceiro ponto que desejamos salientar é que da autonomia, sobreposição, cruzamento e intersecção destes paradigmas do utopismo – o *utópico-cosmopolita* (estável, de feição clássica), o *utópico-milenarista* (dinâmico, de feição profética) e o *eutópico-pastoral* (este último na sua versão mítico-religiosa, ou na sua versão místico-secular) – matizados, quer pela fonte clássica helénica-latina, quer pela judaico-cristã, ou pelas duas em conjunto, derivam discretas variedades discursivo-literárias, representativas de uma condição existencial ideal, e que se distribuem fundamentalmente entre duas motivações ou registos temáticos maiores: um primeiro de incidência *política-sociológica* (as condições de vida colectiva são aqui tidas como determinantes na orientação da conduta pessoal), e um segundo de pendor *axiológico-espiritual* (as condições de vida social são supervenientes em relação ao caminho de perfectibilidade do ser individual). No primeiro caso identificamos claramente, além de projectos ou programas políticos de transformação social o género literário da utopia *tout court.*, este último com a sua dupla face de Janus, com a sua dialéctica temática-discursiva de crítica a valores ideológicos que se querem negar e de enunciação de valores utópicos que se querem afirmar. Falaríamos aqui, respectivamente, da constituição do paradigma *utópico-sociológico-programático* e *utópico-narrativo-literário*. No segundo caso, configura-se, seja de forma eminentemente espiritual – *perspectiva doutrinal-religiosa* –, seja de forma essencialmente ontológica – *perspectiva mística-existencial* –, o que designámos genericamente, e tomando de empréstimo a própria distinção mencionada na *Utopia* de More, por *eutopia* ou *género literário eutópico*. Esta eutopia, que genericamente representa uma condição – original ou final – ôntica perfeita e feliz, tocada quer pela matriz clássica quer pela matriz judaica-cristã quer por ambas, ou manifestando-se de modo simplesmente laica, pode então assumir uma tripla configuração discursiva: (i) seja sob um registo evocativo de um *locus amœnus* imaginário onde reina a harmonia total, representação nostálgica por uma condição de vida perfeita acabada; (ii) seja sob a forma religiosa de uma condição espiritual readquirida ou, (iii) seja ainda sob a variante *entópica* – para utilizarmos o termo do arquitecto

Doxiadis, coincidente com o lugar material existente – de um bom retiro pastoral, lugar de refúgio providenciado pela natureza para a prática da perfectibilidade e da vivência da felicidade humanamente. Neste último caso poder-se-ia falar, adentro do espírito da utopia, da constituição do *paradigma entópico-pastoral*

Última conclusão. A reificação do espírito da utopia, desde a sua modalidade mais humanamente espontânea – do «sonho acordado», na expressão de Ernst Bloch, – à sua modalidade mais literária ou racionalmente pensada, é indissociável da dimensão ontologicamente vital do tempo: do *tempo passado* (com a nostalgia do paraíso), do *tempo futuro* (com a esperança no milénio ou na certeza fideísta ou científica de um fim apoteótico da história), do *tempo presente* (com a proposta de um modelo de vida alternativo a um infausto contexto histórico). Todavia, o tempo que mais convém à aporia da utopia (aqui tomada no sentido do não-lugar, suporte imprescindível, como muito bem referiu o filósofo italiano Agamben (1993: 84) de todos os lugares, é o tempo da aporia de que participamos, o tempo de que também somos feitos e em que também estamos, o tempo que não é percebido pela nossa consciência, o tempo do eu profundo, o que não cabe em categorias e é irreduzível à razão lógica, o tempo do eterno presente, simplesmente cronológico e eterno – (falaríamos aqui, a propósito desta manifestação, a mais inefável e incompreensível do espírito da utopia, da sua qualidade utópica acrónica) –; ou, nas palavras de Ernst Bloch, (I-287-316) a aporia do pulsar intemporal dentro do próprio fluxo do tempo, «o obscuro do instante vivido» consubstancial ao nó górdio da existência; ou nas palavras e no estilo mais socraticamente solto do «profeta» utopista Agostinho da Silva, a aporia do não tempo do tempo, o instante cronológico e eterno depositário do «ideal dos ideais», o «de tudo fazer presente, presente só» para assim regressarmos «à nossa natureza fundamental de ser sem compreendermos, de existir tranquilamente sem sujeito nem objecto, de nos instalarmos sossegados no presente» (Silva: 1989: 68); ou seja, de aspirarmos a praticar o «ensejo gratuito da aventura», segundo a lição contida no verso de Torga de que «viver é ser no tempo intemporal» (Torga 1995: 1631).

Obras Citadas

- Agamben, Giorgio (1993), *A Comunidade que Vem*, Trad. António Guerreiro, Lisboa, Presença.
- Bloch, Ernst (1977), *L'Esprit de L'Utopie*, Trans. Ana Maria Lang and Catherine Piron-Audard, Paris, Éditions Gallimard.
- Bloch, Ernst (1986), *The Principle of Hope*, Trans. Nevill Plaice, Stephen Plaice and Paul Knight, Oxford, Basil Blackwell.
- Davis, J. C (1983), *Utopia and Ideal Society: a Study of English Utopian Writing 1516-1700*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Dictionary of Literary Utopias* (2000), Ed. Raymond Trousson, Vita Fortunati, Paris, Honoré Champion.
- Doxiadis, Constantinos A. (1996), *Between Dystopia and Utopia*, London, Faber & Faber.
- Holstun, James: *A Rational Millennium: Puritan Utopias of Seventeenth-Century England and America* (1987), New York, Oxford University Press.
- Kumar, Krishan (1987), *Utopia and Anti-Utopia in Modern Times*, Oxford, Blackwell.
- L'Utopie*. (1998), Texts chosen and presented by Frédéric Rouvillois, Paris, Flammarion.
- Mannheim, Karl (1936), *Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge*, trans. By Louis Wirth and Edward Shils, New York, Harcourt, Brace and World.
- Manguel, Alberto (2000), «Pour la première fois, nous vivons dans une utopie» in la renaissance de l'utopie, *Magazine Littéraire*, n.^a 387, pp. 20-23:
- Marin, Louis (1976), «Theses on Ideology and Utopia», trans. Fredric Jameson, in *Minnesota Review* 6, pp. 71-75.
- Reis, José Eduardo (1997), *Do Espírito da Utopia: Lugares Eutópicos e Utópicos. Tempos Proféticos nas Literaturas Portuguesa e Inglesa*, Vila Real, UTAD.
- Ruppert, Peter (1986), *Reader in a Strange Land: The Activity of Reading Literary Utopias*, Athens, The University of Georgia Press.
- Trousson, Raymond (1979), *Voyages aux Pays de Nulle Part*, Brussels, Éd. de L'Université de Bruxelles.
- The Faber Book of Utopia* (1999), ed. John Carey, London, Faber and Faber.
- The Utopia Reader* (1999), ed. Gregory Claeys and Lyman Tower Sargent, New York, New York University Press.

- Sargent, Lyman Tower (1988), *British and American Utopian Literature, 1516-1985: An Annotated, Chronological Bibliography*, New York, Garland Publishing.
- Sargent, Lyman Tower (2000), «Utopian Traditions: Themes and Variations» in *Utopia: The Search for the Ideal Society in the Western World*, ed. Roland Schaer, Gregory Clayes and Lyman Tower Sargent, New York, New York Public Library, pp. 8-15.
- Silva, Agostinho da (1989), *Considerações e Outros Textos*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- Torga, Miguel (1995), *Diário (IX-XVI)*, Coimbra, Gráfica de Coimbra.
- Utopias* (1999), ed. Catriona Kelly, Harmondsworth, Penguin.